



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 576, DE 2026

Requer informações ao Senhor Leonardo Osvaldo Barchini Rosa, Ministro de Estado da Educação, sobre os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) referentes a 2025, especialmente quanto à contribuição da aprendizagem e do fluxo escolar para os resultados alcançados, aos efeitos das políticas de permanência e à eficiência dos investimentos públicos em educação.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Leonardo Osvaldo Barchini Rosa, informações acerca dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) referentes a 2025, especialmente quanto à contribuição da aprendizagem e do fluxo escolar para os resultados alcançados, aos efeitos das políticas de permanência e à eficiência dos investimentos públicos em educação.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Leonardo Osvaldo Barchini Rosa, informações acerca dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) referentes a 2025, especialmente quanto à contribuição da aprendizagem e do fluxo escolar para os resultados alcançados, aos efeitos das políticas de permanência e à eficiência dos investimentos públicos em educação.

Nesses termos, requisita-se:

1. Decomposição do avanço do Ideb entre fluxo escolar e aprendizagem

Considerando que o Ideb resulta da combinação entre desempenho no Saeb e taxas de aprovação, informar se foi realizada análise destinada a decompor o crescimento do Ideb entre 2023 e 2025, identificando:

a) quanto da variação observada em cada etapa da educação básica pode ser associado à melhora das proficiências em Língua Portuguesa e Matemática e quanto pode ser associado à melhora do componente de fluxo escolar;

b) qual seria o Ideb de 2025 caso fossem mantidas as taxas de aprovação de 2023 e alterados apenas os resultados do Saeb;

c) qual seria o Ideb de 2025 caso fossem mantidos os resultados do Saeb de 2023 e alterado apenas o componente de fluxo escolar;

d) se essa decomposição apresenta diferenças relevantes entre anos iniciais, anos finais e Ensino Médio, entre redes pública e privada e entre unidades da Federação.

Solicita-se o encaminhamento da metodologia utilizada e dos resultados dessa decomposição, e não a mera reprodução das séries já disponíveis publicamente.

2. Fluxo escolar melhorou mais rapidamente do que a aprendizagem?

Solicita-se análise integrada dos resultados de 2025, cruzando Ideb e Saeb com aprovação, reprovação, abandono, distorção idade-série e indicadores de frequência/permanência escolar, de modo a responder:

a) em quais unidades da Federação e redes de ensino o crescimento do Ideb foi acompanhado por melhora proporcional do Saeb;

b) em quais casos houve crescimento expressivo do Ideb, mas pequena variação ou estabilidade das proficiências;

c) em quais redes a redução da reprovação, do abandono ou da distorção idade-série explica parcela relevante do avanço do indicador sintético;

d) se as redes com maior melhora de fluxo foram também aquelas com maior ganho de aprendizagem;

e) se há evidências de que parte relevante da melhora recente do Ideb decorra mais da progressão e permanência dos estudantes do que de elevação equivalente de suas competências cognitivas.

3. Aprovação, progressão escolar e domínio efetivo das competências

Considerando que a elevação da aprovação melhora o componente de fluxo do Ideb, solicita-se informar se foi avaliada a existência de redes nas quais a aprovação aumentou sem ganho estatisticamente equivalente de proficiência.

Em caso positivo, esclarecer:

a) qual a magnitude desse fenômeno;

b) em quais etapas e redes ele ocorre com maior intensidade;

c) se houve alterações recentes em normas, critérios ou práticas de aprovação, progressão continuada, recuperação ou dependência escolar capazes de influenciar o componente de fluxo;

d) quais mecanismos o MEC utiliza para distinguir melhoria legítima da eficiência do fluxo escolar de progressão do estudante sem domínio adequado das competências previstas para a etapa;

e) se o Ministério considera suficiente avaliar a evolução da qualidade educacional pelo Ideb quando o componente de fluxo cresce mais rapidamente que a aprendizagem medida pelo Saeb.

4. Permanência escolar: estar na escola está significando aprender mais?

Solicita-se informar, especialmente no Ensino Médio:

a) se estudantes e redes com maior frequência escolar apresentam ganhos superiores de proficiência no Saeb, após controle por nível socioeconômico e demais fatores relevantes;

b) se a redução do abandono entre 2023 e 2025 foi acompanhada por melhora proporcional da aprendizagem;

c) se a redução da distorção idade-série esteve associada a recuperação efetiva das defasagens de aprendizagem;

d) se existem redes que conseguiram manter mais estudantes na escola, mas sem produzir ganho equivalente de proficiência;

e) quais fatores o MEC considera necessários para que a política de permanência deixe de produzir apenas presença ou progressão formal e passe a produzir aprendizagem mensurável.

5. Pé-de-Meia: permanência, fluxo e aprendizagem

Considerando que uma das finalidades centrais do Programa Pé-de-Meia é reduzir abandono e estimular frequência e conclusão no Ensino Médio, informar:

a) se foi realizada avaliação causal do impacto do programa sobre frequência, abandono, reprovação, distorção idade-série, conclusão e desempenho no Saeb;

b) quais resultados foram encontrados, distinguindo efeitos sobre permanência e fluxo dos efeitos sobre aprendizagem;

c) se beneficiários do programa apresentaram ganho de proficiência superior ao de estudantes comparáveis não beneficiários, após utilização de métodos que controlem diferenças socioeconômicas, desempenho anterior e características das redes;

d) se a melhora do Ideb do Ensino Médio em 2025 foi maior entre escolas e redes com maior proporção de beneficiários do Pé-de-Meia;

e) quanto do eventual ganho de Ideb associado ao programa decorreu da redução do abandono e da reprovação e quanto decorreu de aumento efetivo das proficiências;

f) se o MEC dispõe de evidência de que o incentivo financeiro produz efeito acadêmico que vá além da manutenção do estudante matriculado e frequente;

g) qual é o custo por estudante adicional que permaneceu na escola, por estudante adicional que concluiu o Ensino Médio e, caso exista estimativa tecnicamente válida, por ganho adicional de proficiência produzido pelo programa;

h) quais indicadores de aprendizagem são utilizados para avaliar a efetividade do Pé-de-Meia, além dos indicadores de frequência e conclusão.

6. Expansão do tempo integral: mais tempo na escola ou mais aprendizagem?

Considerando a forte ampliação recente das matrículas em tempo integral, solicita-se informar:

a) se escolas que ampliaram o tempo integral apresentaram ganhos de Saeb superiores aos de escolas comparáveis que permaneceram em tempo parcial;

b) se a expansão do tempo integral produziu efeitos distintos sobre aprovação, abandono e proficiência;

c) em que medida os resultados permanecem após controle por nível socioeconômico, localização, rede, desempenho anterior e características dos estudantes;

d) se há redes nas quais o tempo integral melhorou fluxo e permanência sem ganho proporcional de aprendizagem;

e) quais características pedagógicas dos modelos de tempo integral estão associadas aos maiores ganhos de proficiência.

7. Investimento público e produtividade educacional

Considerando o crescimento expressivo do gasto público real em educação nos últimos anos, solicita-se informar:

a) quais programas federais que receberam expansão relevante de recursos entre 2023 e 2025 apresentam evidências de impacto sobre aprendizagem, e não apenas sobre matrículas, frequência, permanência ou execução financeira;

b) se o MEC calcula indicadores de custo-efetividade ou produtividade do gasto educacional e, em caso afirmativo, quais políticas apresentam maior ganho de aprendizagem por unidade de recurso aplicado;

c) se o crescimento recente do gasto real foi acompanhado por ganho proporcional no Saeb e quais fatores explicam eventual diferença entre a magnitude da expansão financeira e a magnitude da melhora das proficiências;

d) quais despesas adicionais realizadas desde 2023 podem ser vinculadas, com base em avaliação de impacto ou outra metodologia robusta, aos resultados observados em 2025;

e) se o Ministério identifica programas que apresentaram forte crescimento orçamentário, mas ainda não demonstraram impacto mensurável sobre aprendizagem;

f) quais critérios são utilizados para decidir pela expansão, manutenção ou revisão de políticas educacionais diante de resultados de aprendizagem inferiores ao esperado em relação aos recursos aplicados.

8. Recuperação pós-pandemia ou novo patamar de aprendizagem?

Solicita-se para esclarecer:

- a) quais etapas e componentes curriculares efetivamente superaram os níveis de proficiência anteriores à pandemia;
- b) em quais casos o avanço de 2025 representa predominantemente recomposição de perdas anteriores, e não ganho líquido sobre o desempenho pré-pandêmico;
- c) quais déficits de aprendizagem acumulados durante a pandemia ainda não foram recuperados;
- d) se a velocidade de recomposição difere entre Língua Portuguesa e Matemática e entre Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- e) em quanto tempo, mantido o ritmo recente de melhora, o MEC estima ser possível recuperar ou superar integralmente os déficits ainda existentes.

9. Matemática e Ensino Médio: por que os avanços permanecem menores?

Considerando que Matemática e Ensino Médio permanecem entre os pontos de maior fragilidade da aprendizagem, solicita-se informar:

- a) quais habilidades específicas avaliadas pelo Saeb apresentaram menor evolução ou maior deficiência em 2025;
- b) quais fatores o MEC identifica como responsáveis pela maior dificuldade de avanço em Matemática;
- c) em que medida as defasagens observadas no Ensino Médio decorrem de déficits acumulados nos anos anteriores;
- d) quais políticas implementadas desde 2023 possuem evidência específica de impacto sobre aprendizagem matemática;
- e) por que a melhora observada no Ideb do Ensino Médio é mais expressiva do que a recuperação relativa de determinadas proficiências, e qual interpretação o Ministério considera tecnicamente adequada para essa diferença.

10. Desigualdades: a média melhorou porque todos avançaram ou porque alguns avançaram mais?

Solicita-se esclarecer:

a) se os ganhos de aprendizagem foram maiores entre estudantes e escolas que já apresentavam melhores resultados;

b) se houve redução ou ampliação das diferenças entre os grupos de maior e menor vulnerabilidade;

c) se redes com maior crescimento do Ideb também apresentaram redução das desigualdades internas de proficiência;

d) se os avanços observados representam melhora generalizada do sistema ou estão concentrados em determinados grupos e territórios.

Solicita-se que a resposta diferencie nitidamente associações estatísticas de relações causais efetivamente demonstradas por avaliações de impacto, indicando as limitações metodológicas de cada conclusão.

JUSTIFICAÇÃO

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) constituem instrumentos centrais de acompanhamento da qualidade da educação brasileira. Os resultados referentes a 2025, divulgados pelo Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), registraram avanço do Ideb em todas as etapas da educação básica. Entre 2023 e 2025, o indicador passou de 6,0 para 6,3 nos anos iniciais do Ensino Fundamental, de 5,0 para 5,3 nos anos finais e de 4,3 para 4,5 no Ensino Médio, alcançando os maiores valores da série histórica nas três etapas.

Os resultados do Saeb também apresentaram melhora entre 2023 e 2025. Na rede pública, por exemplo, no 5º ano do Ensino Fundamental, a média de

Língua Portuguesa passou de 207,6 para 215,1 pontos e a de Matemática de 218,3 para 227,4 pontos. No 9º ano, as médias passaram de 252,9 para 256,6 e de 249,9 para 255,3 pontos, respectivamente. No 3º ano do Ensino Médio, contudo, os avanços foram mais modestos: de 269,1 para 272,3 pontos em Língua Portuguesa e de 263,9 para 268,0 pontos em Matemática.

Os resultados são positivos e devem ser reconhecidos. Sua correta interpretação, entretanto, exige análise mais aprofundada. O próprio desenho metodológico do Ideb recomenda cautela na leitura isolada do indicador. Diferentemente do Saeb, voltado à mensuração do desempenho dos estudantes, o Ideb combina as médias de proficiência com o fluxo escolar, por meio das taxas de aprovação apuradas pelo Censo Escolar. O próprio Inep ressalta que essa combinação procura equilibrar as duas dimensões, evitando tanto a retenção excessiva de estudantes quanto sua aprovação sem aprendizagem correspondente.

Essa característica torna indispensável compreender qual é a natureza do avanço verificado em 2025. Um crescimento do Ideb pode resultar de melhora da aprendizagem, de aumento das taxas de aprovação ou de diferentes combinações entre os dois fenômenos. Assim, o fato de o indicador ter atingido os maiores níveis históricos não permite, por si só, concluir que a aprendizagem tenha avançado na mesma intensidade. Da mesma forma, os resultados positivos do Saeb precisam ser examinados em conjunto com aprovação, reprovação, abandono, frequência e distorção idade-série para que se possa compreender se o sistema educacional está conseguindo simultaneamente manter os estudantes na escola, fazê-los progredir em sua trajetória e assegurar o domínio das competências esperadas.

A questão assume especial relevância diante da expansão recente de políticas voltadas diretamente à permanência dos estudantes. O Programa Pé-de-Meia, por exemplo, vincula incentivos financeiros à frequência e à conclusão do Ensino Médio. O próprio Ministério da Educação tem atribuído ao programa efeitos expressivos sobre a redução do abandono escolar e informa que, em seus dois primeiros anos, a iniciativa alcançou 5,6 milhões de estudantes e

recebeu investimento de R\$ 18,6 bilhões. Tais resultados tornam ainda mais necessário identificar, mediante métodos de avaliação adequados, quanto dos avanços observados no fluxo escolar pode efetivamente ser atribuído ao programa e, principalmente, se o aumento da permanência foi acompanhado por incremento proporcional da aprendizagem.

Raciocínio semelhante se aplica à expansão da educação em tempo integral. A ampliação da jornada e da permanência do estudante na escola constitui instrumento potencialmente relevante de política educacional, mas sua efetividade não pode ser aferida exclusivamente pelo crescimento das matrículas ou pelo número de horas de atendimento. É necessário verificar se o tempo adicional está sendo convertido em aprendizagem mensurável, redução das defasagens e melhoria da trajetória escolar, bem como identificar quais modelos pedagógicos conseguem produzir melhores resultados.

Também merece exame a relação entre os resultados educacionais e o volume de recursos públicos empregados. Nos últimos anos, houve expressiva ampliação dos investimentos federais em educação e expansão de programas destinados à permanência, à ampliação da jornada e à estruturação das redes. A elevação dos recursos pode ser necessária para ampliar a capacidade do sistema, mas a efetividade da política pública exige que se investigue não apenas quanto se gasta, mas quais resultados adicionais são produzidos por esse gasto. Nesse sentido, avaliações de custo-efetividade e produtividade do investimento são essenciais para orientar prioridades, identificar programas de maior impacto e evitar que a simples expansão orçamentária seja tomada como sinônimo de melhoria da qualidade educacional.

Outro elemento indispensável é o legado da pandemia de Covid-19. Parte da evolução recente das proficiências pode representar recuperação de perdas produzidas pela interrupção das atividades presenciais, e não necessariamente a formação de um novo patamar de aprendizagem superior ao período pré-pandêmico. A comparação com 2019, portanto, é necessária

para distinguir recomposição de aprendizagem de ganho estrutural adicional, especialmente em Matemática e no Ensino Médio.

Os números médios nacionais também podem ocultar diferenças substantivas entre redes, unidades da Federação e grupos socioeconômicos. Um indicador nacional pode melhorar ainda que determinados territórios ou segmentos permaneçam estagnados ou avancem em ritmo significativamente inferior. Avaliar se os ganhos de 2025 foram generalizados ou concentrados, e se as desigualdades educacionais diminuíram ou aumentaram, constitui dimensão essencial para compreender a qualidade e a sustentabilidade dos resultados apresentados.

O Saeb 2025 contou com aproximadamente 5,9 milhões de estudantes, 73,7 mil escolas e 247,7 mil turmas, produzindo um conjunto amplo de informações sobre desempenho e fatores contextuais que permite análises muito mais aprofundadas do que a leitura isolada das médias nacionais. Além disso, o Inep dispõe de séries históricas e indicadores de rendimento, fluxo e contexto escolar capazes de subsidiar os cruzamentos propostos neste Requerimento. Por essa razão, não se pretende solicitar a mera reprodução de informações que já se encontram publicamente disponíveis, mas compreender como esses diferentes indicadores se relacionam e quais fatores ajudam a explicar os resultados observados.

O propósito do presente Requerimento tampouco é desconsiderar ou minimizar os avanços registrados em 2025. Busca-se qualificá-los. Se parte expressiva da elevação do Ideb decorreu da melhora efetiva da aprendizagem, é importante identificar as políticas e práticas responsáveis por esse resultado, para que possam ser fortalecidas. Se, por outro lado, parcela relevante do avanço decorreu principalmente da melhora do fluxo, da redução do abandono ou da maior permanência escolar, será necessário reconhecer esses resultados, mas também avaliar se o progresso na trajetória escolar está sendo acompanhado pelo desenvolvimento das competências cognitivas esperadas.

Essa distinção é particularmente importante porque manter o estudante na escola e fazê-lo avançar são condições indispensáveis, mas não suficientes, para assegurar educação de qualidade. O objetivo último da política educacional deve ser garantir que a permanência e a progressão escolar resultem em aprendizagem efetiva, formação acadêmica sólida e desenvolvimento das competências necessárias à vida adulta, ao exercício da cidadania e à inserção produtiva.

A atuação fiscalizatória do Senado Federal, nesse contexto, possui caráter institucional e voltado ao aperfeiçoamento das políticas públicas. A adequada compreensão dos resultados do Ideb e do Saeb permite avaliar a efetividade dos programas educacionais, a eficiência dos recursos aplicados e a capacidade do sistema de transformar investimento, frequência e permanência em aprendizagem. O aprofundamento dessas análises é especialmente necessário em um momento no qual os principais desafios da educação brasileira passam, progressivamente, da ampliação quantitativa do acesso para a garantia de qualidade, eficiência e resultados educacionais efetivos.

Diante da relevância da matéria, submeto o presente Requerimento de Informações à apreciação desta Casa.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2026.

Senadora Damares Alves